

EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA: ESTUDO APLICADO AS ESCOLAS PÚBLICAS DE NÍVEL MÉDIO NO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ/AM

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-114>

Data de submissão: 11/09/2024

Data de publicação: 11/10/2024

Aldemir de Souza Rodrigues
Brígida Mariana Moraes dos Santos
Giovanna Costa Novo Moreira
Marcello Pires Fonseca
Viviane da Silva Costa Novo Moçambique
Edileuza Lobato da Cunha
Aldenor Moçambique da Silva

RESUMO

Este estudo investiga a importância da educação tributária no município de Humaitá/AM destacando a ausência desse conhecimento nas escolas públicas locais. O objetivo principal é oferecer um espaço de interação entre os alunos no qual possam aprender sobre impostos e esclarecer dúvidas através de palestras, identificando como a falta de educação tributária pode prejudicá-los na estruturação econômica e na participação política devido ao desconhecimento do sistema tributário brasileiro. O projeto visa ensinar conceitos, aplicações e legislações tributárias como Imposto de Renda, IPTU, IPVA e ITR, estimulando o interesse dos alunos e capacitando-os a compartilhar esse conhecimento com suas famílias e amigos. A pesquisa foi realizada com estudantes do Centro de Ensino de Tempo Integral Tarcila Negreiros Mendes (CETI), utilizando análise bibliográfica e de campo com questionários aplicados para medir o impacto das palestras. Os resultados indicaram que 80% dos alunos demonstraram curiosidade em aprender mais sobre tributos, 90% acreditam que a educação tributária pode melhorar a compreensão sobre a importância dos impostos, e 88% afirmaram que essa educação pode ajudar na formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis. Conclui-se que a educação tributária desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e engajados no processo democrático. A integração desse conhecimento no ambiente escolar é fundamental para o fortalecimento da cidadania e da gestão financeira pessoal, promovendo uma sociedade mais justa e informada.

Palavras-chave: Educação Tributária. Cidadania Fiscal. Impostos. Escolas Públicas. Humaitá/AM.

1 INTRODUÇÃO

A educação tributária é um tema de fundamental importância, especialmente em regiões como Humaitá/AM, onde a falta de conhecimento sobre o sistema tributário pode dificultar o desenvolvimento econômico e a participação política da população. As escolas públicas do município não oferecem esse tipo de conhecimento em sua matriz curricular, criando uma lacuna significativa na formação dos estudantes. Neste contexto, a educação tributária surge como uma ferramenta essencial para capacitar os jovens a compreenderem melhor o papel dos impostos e a importância do cumprimento de suas obrigações fiscais.

O presente estudo propõe-se a abordar essa lacuna educacional, oferecendo palestras e atividades que ensinem aos alunos conceitos básicos sobre impostos, como Imposto de Renda, IPTU, IPVA e ITR. O objetivo é estimular o interesse dos estudantes pelo sistema tributário brasileiro e capacitá-los a compartilhar esse conhecimento com suas famílias e amigos, fortalecendo assim a cidadania fiscal desde cedo.

A questão-problema que orienta este estudo é: Como a ausência de educação tributária nas escolas públicas de Humaitá/AM impacta a capacidade dos jovens de se estruturarem economicamente e participarem politicamente? Para responder a essa questão, o estudo analisará como a educação tributária pode ser integrada ao currículo escolar e como isso pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis.

A estrutura deste artigo está organizada da seguinte maneira: primeiramente, será apresentada uma revisão da literatura sobre educação tributária e cidadania fiscal, destacando os desafios e as oportunidades no contexto educacional de Humaitá/AM. Em seguida, a metodologia utilizada para conduzir a pesquisa será detalhada, explicando as abordagens bibliográfica e de campo adotadas. Finalmente, os resultados serão discutidos, seguidos pelas considerações finais que sintetizam os principais achados e sugerem direções futuras para pesquisa e prática.

2 JUSTIFICATIVA

A educação tributária é um tema de vital importância, especialmente no contexto de Humaitá/AM, onde a falta de conhecimento sobre o sistema tributário brasileiro tem consequências diretas para o desenvolvimento econômico e a participação política da população. A ausência desse tipo de conhecimento nas escolas públicas locais revela uma lacuna significativa na formação dos estudantes, que são preparados para diversas áreas da vida, mas não recebem a orientação necessária para compreender um aspecto crucial do exercício da cidadania: o entendimento e o cumprimento das obrigações fiscais.

Este estudo é particularmente relevante para o município de Humaitá/AM, pois aborda a necessidade de integrar a educação tributária ao currículo escolar, promovendo o conhecimento sobre impostos como o Imposto de Renda, IPTU, IPVA e ITR entre os jovens.

A escolha desses tributos específicos se deve à sua presença constante no cotidiano dos cidadãos e à sua relevância tanto para a vida financeira das famílias quanto para o financiamento de políticas públicas essenciais. O Imposto de Renda, por exemplo, está diretamente relacionado ao rendimento pessoal e familiar, enquanto o IPTU e o IPVA impactam diretamente a propriedade de bens como imóveis e veículos, que são comuns nas comunidades urbanas e rurais de Humaitá. O ITR, por sua vez, é particularmente relevante para as áreas rurais, onde a agricultura e a propriedade de terras desempenham um papel crucial na economia local.

A introdução desse conhecimento nas escolas contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de compreender seu papel na sociedade e de exercer seus direitos e deveres com maior responsabilidade. Ao focar nesses tributos específicos, o estudo visa fornecer aos estudantes uma compreensão prática e aplicável do sistema tributário, que poderá ser utilizada em suas vidas diárias e em suas interações com o Estado.

A contribuição deste estudo vai além da teoria. As palestras e atividades práticas realizadas com os estudantes do Centro de Ensino de Tempo Integral Tarcila Negreiros Mendes (CETI) já demonstraram resultados positivos, despertando o interesse dos alunos pelo tema e incentivando a disseminação desse conhecimento em suas famílias e comunidades. Isso não apenas fortalece a cidadania fiscal, mas também promove uma gestão financeira mais consciente e uma maior participação cívica, criando uma base sólida para o desenvolvimento de uma sociedade mais informada e justa.

A importância deste estudo reside na sua capacidade de gerar um impacto real e duradouro na vida dos estudantes de Humaitá. Ao capacitá-los com o conhecimento necessário para entender o sistema tributário e a importância dos impostos, estamos contribuindo para o fortalecimento da democracia e da justiça social. A integração da educação tributária no ambiente escolar pode transformar a relação dos jovens com o Estado, incentivando uma cultura de transparência e responsabilidade, e garantindo que as futuras gerações estejam melhor preparadas para enfrentar os desafios econômicos e sociais de um mundo em constante mudança.

Esse legado se reflete não apenas na conscientização dos estudantes, mas também na melhoria da qualidade de vida da comunidade como um todo, uma vez que cidadãos bem informados têm maior capacidade de exigir a aplicação correta dos recursos públicos, resultando em melhores serviços e infraestrutura para todos. Portanto, este estudo não só preenche uma lacuna educacional crítica em

Humaitá, mas também estabelece um modelo que pode ser replicado em outras regiões, contribuindo para o fortalecimento da cidadania fiscal em todo o país.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender como a educação tributária pode contribuir para o fortalecimento da cidadania fiscal entre os alunos do ensino médio em escolas públicas de Humaitá/AM, analisando o impacto do conhecimento sobre impostos na estruturação econômica e participação política dos jovens.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Apresentar aos alunos os conceitos fundamentais, aplicações práticas e a legislação relevante relacionada ao Imposto de Renda (IR), Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), e Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
2. Estimular o interesse dos alunos pelo sistema tributário brasileiro, capacitando-os a compartilhar esse conhecimento com suas famílias e comunidades, promovendo uma consciência fiscal mais ampla.
3. Propor a integração da educação tributária nos planos de aula das disciplinas existentes, através de atividades multidisciplinares que estejam alinhadas ao currículo escolar dos alunos.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA

Em sua etimologia, a palavra "tributo" possui suas raízes no termo latino *tributum*, que fazia referência à porção da produção e dos bens que os artesãos, camponeses e comerciantes de umatribo eram obrigados a entregar ao tribuno, um tipo de magistrado tribal, na forma de taxas e impostos.

Durante a era medieval, de acordo com Bordin (2002), os servos tinham a obrigação de entregar uma parcela da produção resultante de seu trabalho ao senhor feudal. Já na modernidade, com o surgimento do mercantilismo e as Grandes Navegações, a imposição do pagamento de tributos sobre uma ampla gama de atividades e produtos tornou-se generalizada.

O autor traz ainda, que, no Brasil, a história da tributação teve início no ano de 1500, quando os exploradores portugueses desembarcaram em terras brasileiras e reivindicaram a posse de suas riquezas, convertendo-as em recursos exclusivos para a coroa portuguesa. A primeira estrutura

tributária formal emergiu com a criação das capitâneas hereditárias em 1534, quando Portugal designou os primeiros agentes fiscais incumbidos da coleta de impostos, tributos e encargos destinados à Fazenda Real (Bordin, 2002).

O autor enfatiza que, os senhores das capitâneas hereditárias eram obrigados a remeter ao rei de Portugal uma parcela dos lucros provenientes de diversas fontes, incluindo açúcar, tabaco, aguardente e outros produtos (Bordin, 2002). Sendo assim, nos termos da Carta Magna, o Brasil é um Estado Federal caracterizado pela repartição de competências. A organização político-administrativa compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos entre si. A atividade política decorre do fato de eles se auto-organizarem, regendo-se por constituições e leis próprias, podendo escolher seus governantes e legisladores de acordo com os princípios constitucionais (Meirelles, 1995).

Quando o Brasil se tornou independente de Portugal, com a instituição e a cobrança de tributos pelo governo brasileiro, foram estabelecidos limites e fundamentos de direito tributário, os quais resultaram no atual Código Tributário Nacional (CTN). Hoje, o tributo cobrado no Brasil tem finalidade social, sendo dever do cidadão pagá-lo e, em contrapartida, é dever do Estado aplicá-lo em benefício do bem-estar comum. (Meirelles, 1995).

Assim, de acordo com a Constituição, o Brasil é um Estado Federal com a divisão de competências. A estrutura política e administrativa abrange a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos com autonomia. A atividade política ocorre porque eles têm a capacidade de se autogerir, seguindo suas próprias constituições e leis, e têm o direito de eleger seus representantes e legisladores de acordo com os princípios constitucionais (Meirelles, 1995).

4.2 A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO TRIBUTÁRIO

Os impostos, como parte integrante do cotidiano dos cidadãos brasileiros, desempenham um papel fundamental na sustentação e desenvolvimento das políticas públicas. A arrecadação de tributos é essencial para financiar melhorias em áreas cruciais como educação, saúde, segurança, cultura, lazer, transporte, entre outras. Dessa forma, o conhecimento tributário não só esclarece a importância do pagamento de impostos, mas também capacita os cidadãos a exercerem seu papel na sociedade de maneira mais consciente e responsável.

A conscientização tributária é essencial para que os cidadãos compreendam a função do Estado e a necessidade da tributação como um mecanismo de redistribuição de riqueza e de financiamento de serviços públicos. O grande desafio, entretanto, reside em mostrar às pessoas o retorno efetivo que esses tributos proporcionam. Quando os contribuintes não percebem claramente o impacto positivo

dos impostos pagos em suas vidas, seja por meio de melhorias nos serviços públicos ou na infraestrutura, pode surgir um sentimento de desconfiança e insatisfação em relação à gestão governamental (Lettieri, 2021).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os recursos arrecadados por meio dos tributos devem ser aplicados na promoção do bem-estar social, garantindo os direitos e deveres do cidadão. O conhecimento sobre como esses recursos são utilizados permite que os contribuintes participem de forma mais ativa e informada no processo democrático, cobrando transparência e eficácia na aplicação dos recursos públicos. Dessa forma, o conhecimento tributário empodera os cidadãos, permitindo-lhes exigir que os governantes apliquem os tributos de maneira justa e eficiente, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e com maior qualidade de vida (Mezzomo, 2010).

Além disso, a compreensão sobre a destinação dos tributos fortalece a cidadania, pois os cidadãos que entendem o funcionamento do sistema tributário tendem a valorizar mais os serviços públicos e a reconhecer a importância de contribuir para o bem comum. Isso não apenas melhora a relação entre o Estado e os cidadãos, mas também promove uma cultura de responsabilidade fiscal e participação cívica, fundamentais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo de uma nação (Grzybovski; Hahn, 2006).

Portanto, a educação tributária é mais do que uma questão de cumprir obrigações fiscais; é um componente essencial para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Ao compreender a importância dos impostos e a forma como eles impactam diretamente a vida de todos, os contribuintes podem atuar como agentes de transformação, promovendo uma sociedade mais justa e equilibrada, onde os recursos públicos são utilizados de maneira transparente e eficiente para o benefício de toda a população.

4.3 EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONSCIENTIZAÇÃO CIDADÃ

A cidadania é um conceito fundamental que abrange tanto direitos quanto deveres, conferindo a cada indivíduo a capacidade de se envolver ativamente na vida e na governança de sua comunidade. Isso inclui o poder e a influência na maneira como utilizamos e transformamos os espaços que habitamos, bem como a responsabilidade de votar, cuidar do meio ambiente, cumprir as leis e contribuir para o bem-estar coletivo. Ao mesmo tempo, a cidadania garante direitos essenciais, como a liberdade de movimento, o acesso à saúde, moradia, alimentação e educação, que são pilares de uma sociedade democrática e justa (Mezzomo, 2010).

No contexto da cidadania fiscal, essa participação ativa se estende ao financiamento do setor público. A cidadania fiscal refere-se à compreensão plena do papel dos impostos na sustentação do

governo e dos serviços públicos. Envolve a consciência sobre os métodos de arrecadação de tributos, o impacto desses impostos sobre diferentes segmentos da sociedade, e a maneira como esses recursos são utilizados para promover o bem comum. É fundamental que os cidadãos compreendam que os impostos não são apenas obrigações, mas investimentos na qualidade de vida e no desenvolvimento do país (Grzybovski; Hahn, 2006).

A educação tributária, nesse sentido, desempenha um papel crucial na construção de uma consciência cidadã mais profunda. Ao fornecer aos cidadãos o conhecimento necessário sobre o sistema tributário, a educação tributária permite que eles compreendam a importância de suas contribuições fiscais e como essas contribuições sustentam os serviços públicos dos quais todos dependemos. A conscientização tributária também empodera os cidadãos a exigirem transparência e eficácia na aplicação dos recursos públicos, fortalecendo assim a relação entre o Estado e a sociedade (Blechová; Sobotovičová, 2016).

Além disso, a educação tributária promove a igualdade perante a lei, ao garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou econômica, tenham acesso às mesmas informações e oportunidades de participação no sistema fiscal. Isso é fundamental para o exercício pleno da cidadania em uma sociedade organizada e democrática. Quando os cidadãos compreendem seu papel como financiadores e beneficiários das políticas públicas, eles reconhecem que não são meros contribuintes, mas a razão pela qual o Estado existe e funciona (Lettieri, 2021).

A educação tributária, portanto, não apenas ensina sobre impostos, mas também reforça a ideia de que cada cidadão é um agente ativo no processo de governança e desenvolvimento social. Ao conscientizar os indivíduos sobre a importância dos tributos, a educação tributária contribui para a construção de uma sociedade mais justa, onde os direitos e deveres são equilibrados e todos têm a oportunidade de participar da construção de um futuro melhor.

4.4 DIREITOS E DEVERES DOS CIDADÃOS

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, estabelece uma série de direitos sociais fundamentais, incluindo educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, entre outros. Esses direitos são a base para a construção de uma sociedade justa e igualitária, e é responsabilidade do Estado garantir a provisão e manutenção desses direitos para todos os cidadãos. A realização desses direitos é essencial para o desenvolvimento humano e social, garantindo que cada indivíduo tenha as condições necessárias para viver com dignidade e participar ativamente da vida em sociedade (Mezzomo, 2010).

No entanto, a efetivação desses direitos está intrinsecamente ligada ao cumprimento dos deveres por parte dos cidadãos. Conforme destacado por Locke (1689) e reiterado por Mezzomo (2010), para que os cidadãos possam exercer plenamente seus direitos, é fundamental que também cumpram com seus deveres, estabelecendo um equilíbrio entre ambos. Entre os principais deveres dos cidadãos estão: participar ativamente na escolha dos governantes do país, obedecer a todas as leis e à Constituição, zelar pelo meio ambiente e pelo patrimônio público e social, respeitar os direitos dos outros, cumprir com suas obrigações tributárias e previdenciárias, contribuir para a educação e proteção de seus semelhantes, e colaborar com as autoridades (Grzybovski; Hahn, 2006).

Os impostos, em particular, são uma das formas mais diretas e tangíveis de cumprimento dos deveres cívicos. Eles são obrigatórios e aplicam-se a diversas atividades cotidianas, como morar na cidade, movimentar dinheiro no banco, comprar remédios, ou mesmo ter acesso a água quente. Os tributos não são apenas uma obrigação fiscal; eles representam a contribuição de cada cidadão para o financiamento dos serviços públicos que garantem a segurança, saúde, educação e infraestrutura da sociedade. Como Guimarães (2005) coloca, “o imposto não é opcional; é uma exigência que reflete a participação de cada um no bem-estar coletivo”.

Quando os cidadãos compreendem a importância de cumprir seus deveres, especialmente o pagamento de impostos, eles se tornam mais conscientes de seus direitos e ganham maior respaldo ao exigir que esses direitos sejam respeitados e atendidos pelo Estado. Essa consciência cívica é essencial para a construção de uma sociedade na qual os direitos e deveres são equilibrados, e onde cada indivíduo compreende seu papel na promoção do bem comum. Ao internalizar a relação entre deveres e direitos, os cidadãos estão mais aptos a transformar positivamente o ambiente em que vivem, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico de forma sustentável e justa (Lettieri, 2021).

4.5 ABORDAGENS EDUCACIONAIS EFICAZES PARA PROMOVER A COMPREENSÃO E O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Abordagens educacionais eficazes são essenciais para promover a compreensão e o cumprimento das obrigações tributárias, especialmente entre os jovens estudantes do ensino médio. Como Albert Einstein sabiamente afirmou, "A coisa mais difícil de entender no mundo é o imposto sobre a renda." No entanto, a educação pode ser a chave para tornar esse conhecimento mais acessível e relevante para os estudantes, promovendo assim uma cultura de responsabilidade fiscal desde cedo.

Através de programas de educação tributária e financeira voltados especificamente para o contexto escolar, é possível capacitar os alunos a compreenderem melhor o sistema tributário e a importância dos impostos para o funcionamento do Estado e o bem-estar econômico da sociedade.

Esses programas podem incluir workshops interativos, palestras, atividades práticas e campanhas de conscientização, que não apenas fornecem o conhecimento teórico necessário, mas também incentivam os jovens a refletirem sobre o papel dos tributos na sua vida cotidiana e no desenvolvimento do país (Blechová; Sobotovičová, 2016).

Tais abordagens educacionais devem ser projetadas para serem envolventes e relevantes para os estudantes, utilizando exemplos práticos e cotidianos que mostram como os impostos influenciam diretamente o ambiente em que vivem. Por exemplo, um workshop sobre o Imposto de Renda pode demonstrar como os recursos arrecadados são aplicados na construção de escolas, hospitais e estradas, e como esses serviços são essenciais para a melhoria da qualidade de vida na comunidade local (Grzybovski; Hahn, 2006).

Históricas iniciativas, como a "Operação Bandeirante" lançada em 1969, mostram que as ações educativas na área tributária podem ter um impacto significativo, mesmo que o foco inicial tenha sido evitar multas. Embora esses programas tenham sido pioneiros, eles muitas vezes falharam em alcançar um entendimento mais profundo sobre a função socioeconômica dos tributos. No entanto, ao adaptar essas iniciativas ao público jovem e escolar, é possível torná-las mais eficazes e duradouras, promovendo uma verdadeira conscientização fiscal (PNEF, 2002).

Além disso, campanhas como "Paguei, Quero Nota", que foi recentemente promovida no estado do Amazonas, mostram que as campanhas de arrecadação também podem ter um forte componente educativo. Para os estudantes de Humaitá/AM, participar de tais campanhas pode não só ensiná-los sobre a importância da emissão de notas fiscais, mas também engajá-los em uma discussão mais ampla sobre transparência, justiça fiscal e a função dos tributos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Lettieri, 2021).

Portanto, é crucial que as abordagens educacionais sobre tributação sejam integradas ao currículo escolar de forma contínua e adaptada à realidade dos alunos de ensino médio. Essa educação tributária não apenas fornecerá aos estudantes as ferramentas necessárias para compreender o sistema tributário, mas também os preparará para serem cidadãos mais conscientes, críticos e participativos, capazes de exigir seus direitos e cumprir seus deveres com plena compreensão do impacto que isso tem em sua comunidade e no país.

5 METODOLOGIA

A metodologia é a forma de abordagem que estimula o aprendizado e consiste no estudo das estratégias, especialmente aquelas que regem as ciências. É um caminho meticuloso que nos guia na busca pela verdade, seja no estudo de uma ciência ou na conquista de um objetivo particular.

A metodologia científica é um conjunto de estratégias e meios utilizados para investigar fenômenos, formular hipóteses e validar conclusões por meio de evidências empíricas (Lakatos & Marconi, 2003). Ela desempenha um papel fundamental na pesquisa acadêmica, fornecendo um caminho estruturado para a busca do conhecimento científico.

Inicialmente, os dados para esta pesquisa foram coletados mediante a análise bibliográfica e de campo, na qual os pesquisadores utilizaram estudos teóricos por meio de livros, tese, artigos científicos, constituição federal e código tributário nacional, que foram encontrados por meios tecnológicos através do google acadêmico.

5.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo foi elaborado a partir de um trabalho de extensão realizado na cidade de Humaitá/AM, com o propósito de realizar palestras sobre a Educação Tributária nas escolas públicas do município. Logo, o desenvolvimento desta pesquisa utilizou o método dedutivo. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada e, em relação ao objetivo, será descritiva, de acordo com Koche (2011), que afirma que "a pesquisa descritiva encontra e avalia". Quanto à abordagem da pesquisa, será qualitativa e, em relação aos procedimentos, será um estudo de caso com caráter bibliográfico e exploração de campo.

5.2 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E SELEÇÃO DA AMOSTRA

A pesquisa foi realizada no Centro de Ensino de Tempo Integral Tarcila Negreiros Mendes (CETI), envolvendo os estudantes das turmas do 1º e 3º ano. A seleção dos participantes ocorreu de forma não probabilística, pois "ela consiste em selecionar um subgrupo da população" (Prodanov, 2013, p. 98). Desse modo, foram entrevistados cinquenta alunos, distribuídos no turno matutino da instituição de ensino em questão.

A seleção de amostras não probabilísticas é um método de escolha de elementos para uma amostra de pesquisa que não se baseia em princípios estatísticos de probabilidade. Nesse tipo de seleção, os elementos da amostra são escolhidos de forma não aleatória, muitas vezes com base em critérios subjetivos ou por conveniência (Babbie, 2016).

Dessa forma, decorre que cada indivíduo da população não possui uma possibilidade conhecida de ser escolhido para a amostra, o que dificulta a generalização dos resultados para toda a população. As amostras não probabilísticas são comumente empregadas quando não é possível ou prático realizar uma amostragem probabilística. No entanto, é necessário ter atenção ao interpretar os resultados devido à possibilidade de enviesamento na escolha.

5.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nesta pesquisa, a coleta de dados foi realizada por meio de um questionário aplicado por estes pesquisadores, acadêmicos da Universidade Estadual do Amazonas/UEA, Núcleo de Humaitá/Am, aos estudantes da Escola CETI, por meio tecnológico, via WhatsApp. O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

O questionário aplicado foi produzido no aplicativo FormsApp, que pode ser enviado por link aos estudantes, via rede sociais e foi composto por cinco perguntas objetivas de forma dicotômica, com objetivo de mensurar o efeito da palestra na jornada educacional dos alunos participantes e se mostrou uma ferramenta indispensável para ajudar a avaliar o quão proveitoso foi a realização das palestras para os estudantes. As perguntas utilizadas foram as seguintes:

1. A palestra despertou curiosidade para buscar entender mais sobre os tributos cobrados no Brasil?
2. Após a palestra, você conversou sobre impostos ou algo relacionado com amigos ou familiares?
3. A palestra sobre educação tributária pode contribuir para uma melhor compreensão dos tributos?
4. A palestra sobre educação tributária pode auxiliar na conscientização sobre a importância do pagamento dos tributos?
5. A palestra sobre educação tributária pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis em relação aos tributos?

Por meio desse instrumento de aplicação, foi possível obter informações precisas sobre a compreensão dos estudantes em relação a temática exposta, com intuito de identificar se o objetivo foi alcançado.

5.4 TRATAMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS

O tratamento e a análise dos dados coletados neste estudo foram realizados por meio de técnicas de estatística descritiva. A estatística descritiva tem como objetivo principal resumir e organizar as principais características de um conjunto de dados, utilizando ferramentas como tabelas, gráficos e resumos numéricos. Isso permite uma visualização clara e objetiva das informações, facilitando a interpretação e compreensão dos resultados (Guimarães, 2008).

Além disso, para complementar a análise quantitativa, adotou-se uma abordagem qualitativa interpretativa, que busca identificar e compreender as conexões entre as respostas dos alunos e os conceitos abordados durante as palestras. Essa abordagem permitiu explorar como as percepções e conhecimentos dos alunos se manifestaram no contexto educacional de Humaitá/AM, revelando padrões e tendências que enriquecem a análise dos dados quantitativos e fornecem uma visão mais abrangente do impacto da educação tributária.

O uso de estatística descritiva, portanto, não se limita à apresentação dos dados, mas se integra a uma análise qualitativa que considera o contexto e as nuances das respostas obtidas. Esse método permitirá uma compreensão mais abrangente dos impactos das palestras sobre educação tributária nos alunos, facilitando a identificação de padrões e tendências que poderão ser discutidos à luz das teorias apresentadas na fundamentação teórica.

5.5 ETAPAS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi estruturada em três etapas principais, integrando a pesquisa bibliográfica e a exploração de campo como suporte teórico-metodológico.

- 1) Primeira Etapa: Estudos Bibliográficos: Na primeira etapa, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente, com a consulta a livros, teses, artigos científicos e outros materiais relevantes ao tema da educação tributária. Todos os dados coletados durante essa fase foram cuidadosamente registrados e organizados em fichas de leitura, permitindo uma sistematização das referências e apontamentos pertinentes ao estudo. Essa etapa foi essencial para construir uma base teórica sólida que norteasse as fases subsequentes da pesquisa.
- 2) Segunda Etapa: Apresentação do Conteúdo ao Público-Alvo: No segundo momento, o conteúdo teórico estudado foi apresentado ao público-alvo, composto por alunos de diferentes séries da escola envolvida na pesquisa. As apresentações foram planejadas de acordo com o nível de compreensão dos alunos, adaptando os conceitos de educação tributária para torná-los acessíveis e relevantes. Essa fase teve como objetivo despertar o interesse dos alunos pelo tema e proporcionar-lhes um entendimento inicial sobre a importância dos tributos e da cidadania fiscal.
- 3) Terceira Etapa: Coleta e Organização dos Dados: Na etapa final, foi realizada a coleta e organização dos dados, conforme os objetivos específicos da pesquisa. A coleta de dados incluiu a aplicação de questionários aos alunos, visando capturar suas percepções e conhecimentos adquiridos após as apresentações. Esses dados foram, então, organizados e

analisados com o propósito de oferecer respostas à questão-problema e aos objetivos delineados no estudo, contribuindo para uma compreensão mais profunda do impacto da educação tributária entre os estudantes de Humaitá/AM.

6 RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário aos estudantes do Centro de Ensino de Tempo Integral Tarcila Negreiros Mendes (CETI) revelam um impacto positivo das palestras sobre educação tributária na compreensão dos alunos acerca do sistema tributário brasileiro.

As respostas indicam que a maioria dos alunos demonstrou um aumento significativo no interesse pelo tema dos tributos, compreendendo melhor a importância do pagamento de impostos para o financiamento dos serviços públicos. Os dados coletados mostraram que:

- 80% dos alunos afirmaram que a palestra despertou curiosidade para buscar mais informações sobre os tributos cobrados no Brasil.
- 70% dos alunos relataram ter discutido o tema dos impostos com amigos ou familiares após a palestra, indicando um efeito multiplicador do conhecimento adquirido.
- 90% dos alunos acreditam que a educação tributária pode contribuir para uma melhor compreensão dos tributos e da importância do pagamento regular dos mesmos.
- 85% dos alunos reconheceram que as palestras sobre educação tributária podem auxiliar na conscientização sobre a importância do cumprimento das obrigações fiscais.
- 88% dos alunos afirmaram que a educação tributária pode ajudar na formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis em relação aos tributos.

Esses resultados evidenciam a eficácia das abordagens educacionais aplicadas no projeto, reforçando a necessidade de integrar a educação tributária ao currículo escolar de maneira contínua e estruturada.

7 DISCUSSÃO

A análise dos resultados destaca a importância da educação tributária como uma ferramenta essencial para a formação da cidadania fiscal entre os jovens estudantes. A alta taxa de engajamento dos alunos com o tema após a palestra sugere que, quando expostos a conteúdos relevantes e apresentados de maneira acessível, os estudantes respondem positivamente, expandindo seu entendimento sobre a função dos tributos na sociedade.

Além disso, o fato de muitos alunos terem discutido o tema com seus familiares demonstra o potencial de disseminação do conhecimento, tornando os estudantes agentes multiplicadores dentro de

suas comunidades. Isso é particularmente importante em regiões como Humaitá/AM, onde o acesso à informação pode ser limitado, e o entendimento sobre o sistema tributário é fundamental para o fortalecimento da cidadania e da justiça social.

A percepção dos alunos sobre a importância dos tributos para o funcionamento dos serviços públicos também reforça a necessidade de investir em programas educacionais contínuos que abordem o sistema tributário de maneira integrada às disciplinas regulares. Esse tipo de educação pode ajudar a formar cidadãos mais críticos, conscientes e preparados para participar ativamente na construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

8 CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou que a educação tributária desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e engajados. A aplicação de palestras e atividades educativas sobre impostos em escolas públicas de Humaitá/AM revelou-se eficaz para aumentar o interesse dos alunos pelo tema e para promover uma maior compreensão sobre a importância dos tributos.

Os resultados indicam que a integração da educação tributária ao currículo escolar não apenas esclarece os direitos e deveres dos cidadãos, mas também contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação ao papel do Estado e à função dos tributos. Ao capacitar os estudantes com esse conhecimento, estamos investindo no futuro do país, promovendo uma cultura de transparência, responsabilidade e justiça social.

Finalmente, sugere-se que futuras pesquisas explorem a implementação de programas de educação tributária em outras regiões do Brasil, com o objetivo de avaliar o impacto a longo prazo dessas iniciativas na formação cidadã e no fortalecimento das instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

BLECHOVÁ, B.; SOBOTOVIČOVÁ, Š. (2016). Analysis of Tax Education in a Business School: a Case Study. *Periodica Polytechnica Social and Management Sciences*, 24(2), 113–118. doi:10.3311/ppso.8486. Disponível em: <https://pp.bme.hu/so/article/view/8486>. Acesso em: 18 set 2023.

BORDIN, Luís Carlos Vitali. (2002). A origem dos tributos. *Estudos Econômico-Fiscais*.

GIL, Antônio Carlos. (2011). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6. ed.). São Paulo: Atlas.

GRZYBOVSKI, D.; HAHN, T. G. (2006). Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária. *Revista de Administração Pública*, 40(5), 841–864. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000500005>. Acesso em: 24 set 2023.

GUIMARÃES, Arthur. (2005). Educação fiscal é lição de cidadania e de Matemática. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uni_oeste_mat_artigo_marcia_sirlei_barbosa_feldaus.pdf. Acesso em: 24 set 2023.

GUIMARÃES, Paulo Ricardo Bittencourt. (2008). *Métodos quantitativos estatísticos*. Curitiba: Iesde Brasil SA.

KOCHE, Richard P. et al. (2011). A expressão de fatores de reprogramação inicia o remodelamento generalizado da cromatina direcionada. *Células-tronco*, 8(1), 96-105.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5. ed.).

LETTIERI, Marcelo. (2021). Instituto Justiça Fiscal.

LOCKE, John. (1689). *Dois Tratados Sobre o Governo*.

MEIRELLES, H. L. (1995). *Direito administrativo brasileiro* (20. ed.). São Paulo: Malheiros.

MEZZOMO, João Batista. (2010). Cidadania Fiscal. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10250161>. Acesso em: 24 set 2023.

PNEF (PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL). (2002). Convite à cidadania (versão n. 8). Escola de Administração Fazendária e Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho Educação Fiscal. Brasília.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2ª ed.). Editora Feevale.

RUBIN, Adriano; BABBIE, Earl R. (2016). *Série Empoderamento: Métodos de pesquisa para o serviço social*. Cengage Aprendizagem.

SARAMAGO, José. (1993). *ABC*.